

A ESCRITURA DE TEXTO: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO¹

Ercília Ana CAZARIN (UNIJUÍ)²

Embora a Análise do Discurso (AD), na sua essência, não esteja diretamente ligada a questões relacionadas ao ensino, neste texto, o interesse é pontuar que seu potencial teórico tem condições de contribuir com práticas do cotidiano escolar e/ou universitário.

No que se refere à produção da leitura, a mesma já foi e vem sendo amplamente difundida. Da mesma forma, as noções de texto e autoria vêm sendo tratadas por diferentes autores inscritos no campo conceitual da AD³. O objetivo deste texto é deslocar essa discussão em torno do processo de leitura e do efeito de autoria para o processo de escritura de textos no âmbito da sala de aula. A compreensão é a de que também nesse processo funciona o gesto de interpretação do sujeito que, afetado pela historicidade e pela ideologia, recupera, no interdiscurso, alguns enunciados e não outros para incorporar ao fio de seu discurso.

A partir do escrito por Pêcheux (1980), no sentido de que *é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura*, entendemos que essas operações também funcionam no processo de escritura. Isso aceito, nessas operações, o sujeito, ao textualizar o que para ele aparece como sendo a interpretação, na função-autor, diante da dispersão do *já-dito*, coloca-se frente a relações de confronto, de divergência, de diferença ou de aproximação com diferentes discursos, configurando seu texto de acordo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve, ainda que disso não se dê conta.

Nesse processo, convivem os campos da história, da língua e do inconsciente sem fronteiras fixas, e o sujeito, na função-autor, é afetado pela projeção imaginária que ele faz de si, do *outro* e do *lugar social* em que está inscrito. É isso que o coloca diante da ilusão de homogeneidade e de completude do texto.

Procurando construir um arcabouço teórico capaz de sustentar a contribuição da AD no processo de produção de textos, partimos do pressuposto de que a análise do discurso.

não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (Pêcheux, 1998, p. 53).

A proposta é, então, deslocar *o olhar-leitor* para o olhar-autor ou função-autor e, a partir das noções de leitura e de interpretação, refletir sobre o processo de escritura de textos, em especial, sobre aqueles produzidos no ensino médio e/ou universitário. Para tanto, é preciso compreender que a produção textual materializa-se por elementos lingüísticos e é atravessada pelo imaginário que o sujeito-autor tem de si e do leitor virtual de seu texto; nesse processo, também contam a ideologia e a historicidade como constitutivas do dizer/escrever.

De início, pontuo como estamos concebendo as noções de escrita e de escritura. A primeira está sendo tomada como o processo de legitimação e transcrição da língua,

mais precisamente de uma variedade lingüística que se apresenta como pretensamente hegemônica (GALO, 1992). Escritura, ao contrário, está sendo concebida como gesto de interpretação do sujeito quando do processo de interpretação e posterior (re)textualização, apresentando-se como responsável sobre o que escreve (Orlandi (1996) e Rodrigues-Lagazzi (2006)). Gesto esse capaz de produzir efeito de autoria.

No texto de encerramento do *Colóquio Matérialités Discursives* (1980), Pêcheux, ao retomar o processo de leitura, propõe designar o mesmo como *leitura-trituração*. O autor ressalta que um trabalho de leitura, nessa perspectiva, conduz a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, isto é, regular um sistema e um intradiscursivo⁴ e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos. Uma leitura na qual “o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê” (op.cit., p. 53).

Outra questão destacada por Pêcheux, nesse mesmo Colóquio, e que também nos ajuda a compreender o processo de produção textual é a de *acontecimento discursivo*. Segundo ele, pensar o discurso como acontecimento supõe conceber como este pode interromper um processo, romper uma repetição, uma retomada. Deste ponto de vista, o acontecimento é fundamentalmente uma interrupção e uma emergência, ou seja, é aquilo que irrompe, pela e na fala, no espaço da repetição discursiva. A fala aparece, então, como a instância do Outro no discurso, no interior do campo mesmo da linguagem, como o que fura a ordem do discurso, estabelecendo uma ruptura com a ‘estabilidade’ anterior; ao mesmo tempo, inaugura uma nova ‘estabilidade’ discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade lingüística e histórica.

Essa postura teórica, em relação ao acontecimento discursivo, é reiterada por Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1990, p.17), quando escreve que *o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória*. Por conseguinte, é nesse batimento que se desestabiliza o que está posto, provocando um novo vir a ser, capaz de reorganizar o espaço da memória que ele convoca – é nesse momento que sentidos são produzidos.

Recorremos também a Orlandi (1996) que, ao referir-se ao gesto de interpretação, salienta que o mesmo consiste em explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido pode ser outro. E isso nos faz voltar a outro texto de Pêcheux (1988) para lembrar que *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro*.

Essas concepções de Pêcheux e de Orlandi possibilitam a reflexão sobre o processo de escritura. Levando em conta que o mesmo tem a ver com posições de sujeito e com a distribuição do conhecimento que, na sociedade, sempre é desigual (ORLANDI, op.cit.), priorizamos as seguintes questões: se a leitura e a interpretação, em AD, são concebidas como gestos e, se o acontecimento discursivo provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca, o que há de comum entre essas noções e o processo de escritura?

Procurando responder essas indagações, queremos crer que se chegamos ao discurso através do texto como sua unidade de análise, algumas das características do discurso também estão presentes no texto. Pêcheux (1980) ressalta que a língua, a história e o inconsciente se constituem como espaço de confrontação entre disciplinas que se definem por campos radicalmente heterogêneos, mas que todas têm a ver com o discurso e que este deve ser concebido, a partir de Foucault (1972), não somente como

documento, mas como um *monumento*, objeto singular de linguagem, singularidade de uma situação histórica, singularidade de uma existência. Mais: o exterior de um discurso deve ser pensado não como um além de uma fronteira, mas como um aqui, sem fronteiras assinaláveis, como a presença-ausência, eficácia do outro dentro do mesmo sentido.

Se lemos bem o autor, suas intervenções sinalizam para a ausência de fronteiras estáveis entre o interior e o exterior do discurso, entre uma e outra FD, entre o intradiscurso e o interdiscurso e mais: que o texto, objeto empírico, pelo qual se tem acesso ao discurso, em AD, é trabalhado como discursividade em funcionamento – é isso que nos leva a tratá-lo, considerando a exterioridade que lhe é constitutiva e que se reflete na e pela materialidade da língua.

Em AD essa materialidade é concebida diferentemente do postulado por Saussure. Uma diferença significativa entre a Lingüística de Saussure e a AD é o modo como cada uma dessas teorias trata da estrutura da língua. Explicamos: quando Saussure elabora a dicotomia língua/fala, afirma que esta última “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor”; dissocia-a, portanto, do histórico-social. E mais: ao separar a língua da fala e, ao eleger a primeira como objeto de estudo, deixa de lado, dentre outras coisas, o sujeito que enuncia. Em tal teoria, portanto, não há espaço para trabalhar o texto e, por conseguinte, a autoria. Já na análise do discurso, a atualização da língua pressupõe um sujeito que enuncia/escreve não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Assim, o sujeito da AD, ao contrário do da lingüística, é um sujeito inscrito na história.

Nessa perspectiva, ler não consiste apenas em um processo de decodificação ou de recepção passiva do texto. E interpretar não consiste em entender apenas o que o autor disse ou quis dizer, como na perspectiva da análise de conteúdo. Trata-se de conceber a leitura e a interpretação como processos de produção de sentidos, isto é, como gestos de interpretação do sujeito-leitor que, através de um trabalho de (des)construção, mas também de construção de um “novo” texto desestabiliza sentidos que se apresentam como estabilizados e, ao mesmo tempo, produz sentidos que não necessariamente coincidem com aqueles que o sujeito-autor quis atribuir ao texto (INDURSKY, 2001).

Em a Farmácia de Platão, Derrida (1991, p.7) escreve que *se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura é a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o é que une a leitura à escritura deve descosê-las.*

Entendemos que nessa passagem, o autor está a nos propor justamente pensar a leitura e a escritura como processos de tal forma intrincados que nos levariam, como ele próprio escreve, a concebê-los “num só gesto, mas desdobrado, ler e escrever”. Processo no qual, é preciso levar em conta que a história de leitura do sujeito-leitor vai determinar sua maior ou menor interação/interlocução tanto em relação ao texto a ser lido como àquele a ser produzido.

A capacidade de textualização materializa-se pela língua, na qual, segundo Pêcheux (op.cit.), há espaço para o possível e para o impossível, pois o real da língua é o impossível que lhe é próprio. Assim, em uma perspectiva discursiva, o que se pode entender é que não há o fora da língua, tudo está dentro dela - a sintaxe, lugar de organização da língua, e, no caso, também o processo de textualização apresentam-se com espaço para a flutuação, para o equívoco, para o jogo e para a falta. Assim, a sintaxe, via de acesso à ordem do discurso, não se constitui como um domínio neutro,

indiferente ao sentido, pois, na organização da língua, intervém o real da história, como contradição que interfere, constitutivamente, tanto no ler/interpretar como no processo de escritura de textos. Leandro Ferreira (2000, p.107-08) escreve que a sintaxe é passível de jogo, de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos. Conforme ela, é esse lugar do jogo da língua que escapa à sistematização e, paradoxalmente, se constitui como o lugar para compreender equívocos, deslizamentos, lapsos como parte integrante da atividade de linguagem.

Portanto, tendo essa concepção de língua e, deslocando-se as considerações sobre leitura, interpretação e acontecimento discursivo para o âmbito da escritura, reitero que também no processo de produção de um texto, está em jogo o gesto de interpretação do sujeito. É esse gesto, afetado pela historicidade e pelo inconsciente, que o leva a recuperar, no interdiscurso, alguns enunciados e não outros para incorporar na formulação de seu texto, produzindo um efeito-texto com início, progressão e conclusão. Efeito-texto porque em AD trabalha-se com a incompletude, tanto do texto como do discurso, pois ambos remetem para um passado e apontam para um novo vir a ser.

Para explicar esse deslocamento, recorro novamente a Pêcheux (1980). Para ele, *um trabalho de leitura conduz a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, isto é, regular um sistema e um intradiscurso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos*. Esse posicionamento nos possibilita escrever que tanto a produção da leitura, quanto o processo de escritura de um texto constituem-se como práticas sociais que mobilizam o interdiscurso (a memória do dizer) e que conduzem o sujeito-leitor e o sujeito-autor, sujeitos históricos, a inscreverem-se em uma disputa de interpretações. Entendemos que se possa pensar no processo de escritura justamente como um dos espaços desse novo vir a ser do discurso. Nesse processo, a posição-sujeito autor textualiza o que lhe aparece como sendo *a* interpretação; esquece-se do interdiscurso e essa interpretação *lhe parece como natural, como o sentido lá, transparente. Ele não reconhece o movimento de interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele* (ORLANDI, 2006).

No processo de escritura, o sujeito-autor, na dispersão do interdiscurso, coloca-se frente a relações de confronto, de divergência, de diferença ou de aproximação com diferentes discursos; o sujeito-autor mergulha em *uma teia discursiva invisível construída de já-ditos* (Indursky, op.cit) para configurar seu texto segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve em uma dada formação discursiva (FD). É nesse sentido que o interdiscurso funciona como o lugar do outro, como espaço de latência de sentidos. Nesse processo, convivem os campos da história, da língua e do inconsciente sem fronteiras fixas, e o papel do sujeito-autor, duplamente afetado (pelo inconsciente e pela ideologia), é produzir gestos de interpretação marcados pela projeção imaginária que ele faz de si, do outro e do lugar social em que está inscrito, embora isso possa ocorrer de forma inconsciente. Ao escrever, esse sujeito materializa os saberes próprios desse lugar social (posição-sujeito) que, por sua vez, inscrito em uma FD, determina *aquilo que ele pode, aquilo que ele não pode ou não convém escrever*.

A tomada de posição do sujeito, como gesto de interpretação, sinaliza para o deslocamento teórico que está sendo proposto: assim como a leitura requer que se reconheça o gesto de interpretação daquele que lê, no processo de escritura de um texto isso também é necessário. Interessa, então, compreender como, no momento em que se escreve algo, reativa-se a memória do dizer, isto é, como ocorre a emergência de alguns enunciados e não de outros, e mais, como essa emergência de enunciados traz à tona

sentidos já existentes no âmbito do interdiscurso. Esses enunciados retornam (fazem eco) como um saber já-dito que é (re)atualizado e (re)significado, ou seja, no momento em que se escreve, em determinadas condições de produção, retornam enunciados assertados e formulados em outro lugar e em outra conjuntura histórico-social, fazendo com que os mesmos, mediante uma *ressonância interdiscursiva de significação* (Serrani, 1993), atualizem-se na horizontalidade do texto que se está a escrever.

O que concebemos como fazendo “eco”, em AD, pode também ser tomado como o retorno do mesmo no outro, atestando a incompletude de todo e qualquer discurso, tanto pela discursividade anterior como pela futura - processos já discursivizados, mas esquecidos no interdiscurso, retornam, gerando efeitos de sentido pontuais e provocando novas discursividades. Os sentidos não retornam apenas, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem. O retorno do mesmo no outro tem a ver com o que escrevem Courtine e Marandin (1981, p.28): *os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discursos*; ou, ainda, como escreve Serrani (op. cit., p. 47), no sentido de que uma paráfrase discursiva deve ser entendida como uma *ressonância interdiscursiva de significação*. Segundo essa autora, *as paráfrases ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas*, no caso, no processo de escritura de textos. Em relação a isso, interessa o que escreve Courtine (1981), quando apresenta o dizer a partir de dois eixos: o vertical (da constituição do dizer) e o horizontal (da formulação do dizer). Esses dois eixos se cruzam de maneira que todo o dizer se dá no cruzamento entre a constituição e a formulação. Mas há ainda que se levar em conta que o eixo da constituição determina a formulação desse dizer/escrever.

Assim, é possível compreender que quando enunciamos/produzimos textos, as palavras estão impregnadas de memória que nós, muitas vezes, desconhecemos. Talvez seja a esse processo que Derrida (op. cit.) se refira quando trata da escritura como *um repetir sem saber*. Deslocando-se essa afirmação para o âmbito da AD, é possível escrever que isso *é um elemento a mais para se poder entender que não temos o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos* (ORLANDI, 2006).

Procurando marcar como, em AD, a noção de autoria pode ser pensada, destaco aqui outra passagem da autora recém citada.

Para nós, a função-autor se realiza toda a vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. (...) o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem. (...) o autor, embora não instaure discursividade (como o autor “original” de Foucault) produz um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é a sua particularidade (ORLANDI, 1996, p. 69-70).

Em se tratando de práticas de escritura no âmbito escolar e/ou universitário, talvez o mais adequado seja pensar o sujeito-aluno, assumindo a função-autor e produzindo efeito de autoria. Ao professor caberia, então, o papel de explicitar aos alunos o modo como um objeto simbólico produz sentidos. Isso lhes possibilitaria a compreensão de como, através de textos, se pode chegar a discursos e como estes, ao funcionarem de uma maneira e não de outra, produzem sentido(s); possibilitaria igualmente que os alunos compreendessem o discurso como uma rede de memória que tem a língua e o texto como materialidades que o tornam possível (CAZARIN, 2006).

Essa compreensão remete também ao fato de que discursos se constroem sobre discursos, o que vale igualmente para o processo de escritura de textos. Esse espaço discursivo intervalar em que se localiza o entrecruzamento de discursos (nos textos) tem a ver com a alteridade constitutiva do dizer – é ela que possibilita falar em dispersão, deslocamento, (re)inscrição, (re)significação, (re)atualização de saberes e, por conseguinte, em efeito de autoria.

Retomando o fato de que um dos objetivos deste texto é enfatizar que a teoria da AD pode contribuir para a prática da escritura, caberia ao professor possibilitar ao aluno a compreensão de que ele, quando exerce a função-autor, o faz atravessado pelo lugar social em que está inscrito e que seu gesto de interpretação joga com a complexidade do interdiscurso, pois o dizer não é propriedade particular; as palavras significam pela história e pela língua - o dito em outro lugar também significa nas nossas palavras (ORLANDI, 1999, p.31-54).

Conforme Pêcheux (1990, p.54), a interpretação é possível porque há o outro na sociedade e na história. É com esse outro que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência de saberes. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como exterioridade, ou seja, como o “lugar” do outro. E essa relação permite que *as filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes*.

O recorte no interdiscurso, de alguns enunciados e não de outros, é determinado pela historicidade ainda que de forma inconsciente. Ou seja, essa operação de recortar alguns já ditos e não outros, textualizando-os de forma singular (embora afetado pela historicidade) é que nos coloca diante de um sujeito-aluno produtor de efeito de autoria - a singularidade de sua textualização, concebida como gesto de interpretação e de subjetivação é que vai possibilitar que se fale em efeito-texto e em efeito de autoria.

Referências

CAZARIN, E. A. **A análise do discurso: contribuições para o processo de escritura de textos**. In CD do **III Simpósio Internacional sobre formação docente**. Editora Unijuí. 2006.

_____. **Sobre La frontière absente (um bilan)**. In **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. INDURSKY, F. e LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

COURTINE, J. J. **Quelques problèmes theoriques et methodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens**. Langages (62), juin, 1981.

COURTINE, J. J. & MARANDIN, J. M. **Quel objet pour l'analyse de discours? In: Matérialités Discursives. Actes du Colloque**, avril, 1980. Paris X - Nanterre Lille. Presses universitaires de Lille, 1981.

DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.

GALO, S. **Discurso da Escrita e Ensino**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992

INDURSKY, F. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura.** In: **A leitura e a escrita como práticas discursivas.** [organizado por] Aracy Ernst-Pereira, Susana Bornéo Funck. – Pelotas: Educat, 2001.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da ambigüidade ao equívoco:** a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso.** In **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade** / LAGAZZI-RODRIGUES, S. e ORLANDI, E. P. (orgs.) – Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. **Ouverture du colloque.** In **Matérialités Discursives.** Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

_____. **La frontière absente (um bilan).** In **Matérialités Discursives.** Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

_____. **Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso.** Tradução de Ana Maria Dischinger e Heloísa Monteiro Rosário. In **Cadernos de Tradução.** Instituto de Letras – UFRGS. Nº 01, 2ª ed., nov. 1998.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 1990.

_____. **Semântica e Discurso** (1975). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et.al.].Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.

RODRIGUES-LAGAZZI. **Texto e Autoria.** In **Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade** / LAGAZZI-RODRIGUES, S. e ORLANDI, E. P. (orgs.) – Campinas: Pontes Editores, 2006.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

¹. Texto relacionado com o projeto de pesquisa: *Análise do Discurso: práticas de escrita e/ou escritura.*

². Professora do DELAC/UNIJUI. Doutora em Letras. Área: Teorias do Texto e do Discurso.

³ Eni Orlandi, Freda Indursky, Suzi Lagazzi, dentre outras.

⁴ O intradiscurso (o fio do discurso) se constitui como o funcionamento do discurso na sua relação consigo mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois; portanto, o conjunto dos elementos de "co-referência" que garantem aquilo que se pode chamar de "fio do discurso" enquanto discurso de um sujeito) (Pêcheux, 1988, p.166-67).